

RADAR ÁSIA-PACÍFICO



Outubro 2024

RADAR ÁSIA-PACÍFICO
OUTUBRO 2024
v.3 n.4



LIGA DE ESTUDOS
ÁSIA-PACÍFICO
PUC-RIO

SOBRE A LIGA DE ESTUDOS ÀSIA-PACÍFICO

A Liga de Estudos Ásia-Pacífico (LEAP) é um projeto extracurricular idealizado e desenvolvido por alunos do curso de graduação de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Por meio de atividades extracurriculares de ensino, pesquisa e extensão, a LEAP tem por objetivo principal aprofundar a contribuição dos discentes da universidade nos debates acadêmicos acerca das questões de cooperação, conflito, política e cultura dos países da Ásia-Pacífico.

O Radar Ásia-Pacífico é a análise de conjuntura bimestral escrita pelos ligantes da LEAP, com a finalidade de discutir os temas latentes que dizem respeito à cooperação e conflito na região nos últimos dois meses.

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do(a)s autor(a)(es) não refletindo, necessariamente, a posição das instituições envolvidas.

EQUIPE LEAP

Professora coordenadora da LEAP

Victória Monteiro da Silva Santos

Professor supervisor da LEAP

Marcello Cappucci Frisoni

Presidentes da LEAP

Gabriel Porto Póvoas

Marina Conde Galvão Zenha

Diretoras da LEAP

Beatriz Nardy de Queiroz

Luiza Simões Bethlem Monteiro

Sofia Mendes Magalhães

RADAR ÁSIA-PACÍFICO

Outubro /2024. Rio de Janeiro.

PUC - Liga de Estudos Ásia-Pacífico

47p; 29,7 cm

1. Ásia-Pacífico;
2. Cooperação;
3. Conflito;



LIGA DE ESTUDOS
ÁSIA-PACÍFICO
PUC-RIO

SUMÁRIO

RADAR ÁSIA-PACÍFICO
Outubro 2024
v.3 n.4

1

DESMONTE DO CARRY TRADE NO JAPÃO: IMPACTOS GLOBAIS E A PERSPECTIVA JAPONESA

Guilherme Uram
Thaís Lopes da Costa Amaral

2

RELAÇÕES ÍNDIA-BANGLADESH E A REVOLUÇÃO DE JULHO

Beatriz Fernandes Lira Cavalcante
Renan Guimarães Canellas de Oliveira

3

50 ANOS DE RELAÇÕES BRASIL-CHINA: EVOLUÇÃO, DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Mariana Azevedo Soares Quintanilha

4

COREIA DO NORTE E A (RE)ABERTURA DO TURISMO

Beatriz Nardy de Queiroz
Sofia Mendes Magalhães

5

CRESCIMENTO DO ISLÃ NO JAPÃO: IMPLICAÇÕES DE POLÍTICA EXTERNA E PÚBLICA

Gabriel Porto Póvoas
Raíssa Cristina Caliano da Silva

6

SEGURANÇA REGIONAL: O IMPACTO DO NOVO PACTO ENTRE AUSTRÁLIA E INDONÉSIA

Luiza Simões Bethlem Monteiro
Samia Abinader Franco

7

MARE NOSTRUM? DISPUTAS TERRITORIAIS E ALIANÇAS NO MAR DO SUL DA CHINA

Eduardo Araújo Mangueira
Maria Gabriela Veloso Camelo

1

DESMONTE DO CARRY TRADE NO JAPÃO: IMPACTOS GLOBAIS E A PERSPECTIVA JAPONESA

Guilherme Uram

Thaís Lopes da Costa Amaral

No dia 05 de agosto, a bolsa de valores japonesa sofreu a maior queda de sua história, 12,4% na Bolsa Nikkei de Tóquio (CNN, 2024). O impacto ressoou nas bolsas de Nova Iorque e Londres, fazendo com que os olhos se tornassem para o Japão, que este ano anunciou uma mudança drástica na política financeira do seu banco central. O país vive a turbulenta queda e ascensão do iene, e enfrenta problemas ao lidar com inusitados aumentos na inflação. Além disso, todos os fatores acima se tornam relevantes ao abordar o responsável pela repercussão sentida no mercado internacional: as operações financeiras de *carry trade* e o seu desmonte.

Inicialmente, *carry trade* consiste no processo no qual se “pega emprestado” dinheiro em um país com juros baixos e o investe em países com juros maiores. Isso significa que, se um investidor contrai um empréstimo em uma moeda de juros baixos e investir em uma moeda mais forte, de juros altos, ele ganha na diferença entre os juros, devendo considerar, entretanto, variáveis como o câmbio entre as moedas. Ao longo dos anos, os juros notavelmente baixos do Japão popularizaram o *carry trade* do iene, contudo, o cenário mudou drasticamente uma vez que o Banco do Japão implementou uma política de aumentar os juros, e os impactos foram sentidos pela economia global.

A operação mais popular de *carry trade* consiste em estar *short* no yen enquanto *long* na conversão em dólares. Isto é: vender (*short*) ienes japoneses (JPY) e comprar (*long*) dólares americanos (USD).

a) Imagine que a taxa de câmbio entre o dólar e o iene é de 1 dólar para 140,46 ienes. Se você comprar 100.000 dólares, você estaria vendendo 14.460.000 ienes.

i) *Short*: Vender um ativo que você não possui, esperando comprá-lo de volta mais barato no futuro.

ii) *Long*: Comprar um ativo esperando que seu valor aumente.

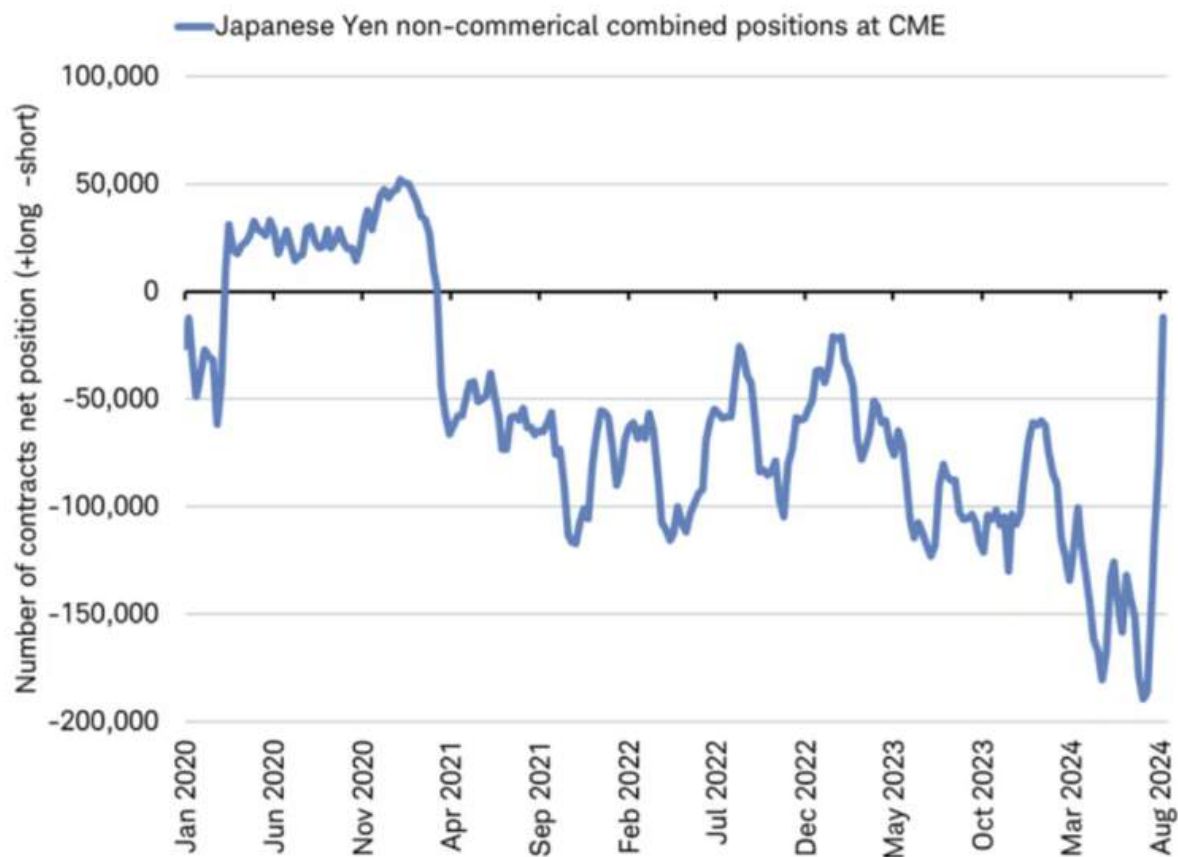
iii) *Overnight funding rate*: Taxa de juros cobrada ou paga por manter uma posição de um dia para o outro.

- iv) *Pips*: Pequena unidade de medida no mercado de câmbio, representando a variação mínima de preço.
- b) Se a taxa de juros para manter essa posição durante a noite variar entre uma estimativa razoável de +2 e +10 pips;
- c) O resultado da operação seria a seguinte posição: *Short* em ¥14.460.000 (JPY) e *Long* em \$100,000 (USD)
- d) Com isso, você ganharia entre 14,24 USD e 71,20 USD por noite.

Ocorre que a relação do Japão com o *carry trade* remonta ao ano de 1999, quando o Japão instaurou uma política de manutenção dos seus juros em zero. Ao passar dos anos, variaram para pouco além de zero, entre 2006 e 2008, e valores negativos, a partir de 2016. Sendo os juros o meio pelo qual o Banco Central de um país busca controlar a inflação – como exemplo, temos no Brasil a taxa Selic – o Banco do Japão buscava estimular o crescimento econômico e combater a deflação, na medida em que os juros baixos seriam um incentivo para que se movesse dinheiro, ao invés de poupar. Contudo, a política teve seu fim em março de 2024, com o Banco do Japão anunciando uma política contracionista de aumento de juros, sendo o desmonte do *carry trade* um dos efeitos gerados pela nova medida.

Em suma, o aumento dos juros sobre o iene significa que a tomada desses empréstimos se torna mais cara, ou seja, a receita da operação feita com o dinheiro emprestado permanece, enquanto a despesa amplia, tornando o lucro menor para investidores que adotaram essa estratégia. No mesmo sentido, desde o início do ano de 2024, o iene japonês vinha sendo desvalorizado em comparação com o dólar, mas seu valor aumentou repentinamente de julho para agosto. Isso ocorre em razão do aumento da demanda do iene, uma vez que, para desmantelar as operações de *carry trade*, os investidores devem fechar as posições de short, devolvendo o valor emprestado. Portanto, no aguardo de desfechos inesperados, provenientes deste efeito dominó, ou “*unwind*”, a incerteza trouxe abaixo a maioria dos índices mais importantes do planeta tais quais o Nikkei 225, S&P 500, Stoxx Euro 500 e o MSCI Asia Pacific (BIS, 2024). Outrossim, esse sentimento é ecoado pelos movimentos de operadores não comerciais, apresentados no gráfico abaixo – que não têm interesse no commodity, mas sim, na sua especulação. e.g. fundos de investimento, instituições financeiras e investidores individuais – que também fecharam suas posições de short no iene.

Figura 1: Relação de compras do iene com correlação inversa de posições de venda do iene ao longo do tempo



Fonte: Chicago Mercantile Exchange

Esse fenômeno não é recente ou inovador. Em 1999, as “Senhoras Watanabe”, termo usado para se referir às donas de casa japonesas, como um grupo, já surpreendiam o mercado, com 30% das donas de casa envolvidas em operações financeiras e vendo oportunidade nos juros zero, para lucrar sobre o iene. A queda veio em 2008, com a recessão global, que impactou as operações de forma que vimos o desmonte do *carry trade* em massa, para retornar anos depois envolvendo criptomoedas, dessa vez. Isso ilustra como a situação atual não é uma crise, mas um efeito esperado de uma política monetária mudando. Na verdade, em comparação com o resto do mundo, os juros japoneses seguem baixíssimos, sendo de 0.25%, em agosto de 2024, o mais baixo do mundo. Em comparação, o segundo mais baixo, Suíça, é de 1.25%, e o maior é a Turquia, com 50% (Trading Economics, 2024).

Considerando que a taxa de juros japonesa foi elevada de -0,1% no início de 2024 para os atuais 0,25% (The Economist, 2024), e o iene está diante de uma curva positiva de valorização, o esperado é que o desmonte das operações de *carry trade* continue. Contudo, ao examinar projeções e especular sobre o tema, deve-se ponderar a magnitude do mercado que aborda, sendo estimado que o *carry trade* do iene seja composto por aproximadamente 4 trilhões de USD (Bora Investir, 2024). Entretanto, ao ponderar sobre o *carry trade* de longo prazo, também é necessário se voltar para a posição líquida de investimento de longo prazo do Japão.

Os investidores japoneses não só são os maiores investidores estrangeiros em títulos do Tesouro dos Estados Unidos, como estão entre os cinco maiores em matéria de propriedade de ações não-japonesas. O Fundo Monetário Internacional afirmou, em março de 2024, que o Japão possui a maior posição líquida de investimento internacional do mundo, com 3,3 trilhões USD de investimentos no exterior. A atual postura do Banco do Japão pode reverter mais de uma década de saída de capital, podendo repercutir em investidores em âmbito global. Ainda, é improvável que todo o investimento externo do Japão se reverta, dado o escopo das oportunidades de investimento fora do Japão, e a política de investimento do fundo de pensão administrado pelo governo japonês, que aloca 50% do fundo de \$1,6 trilhão em ações e títulos estrangeiros. No entanto, pode não ser mais um fluxo unidirecional, com algum capital sendo repatriado para o Japão nos próximos trimestres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AXIOS. **Stock market Japan global selloff**. Disponível em: <https://www.axios.com/2024/08/05/stock-market-japan-global-selloff>. Acesso em: 16 set. 2024.

BIS. The market turbulence and carry trade unwind of August 2024. BIS Bulletin, n. 90. 2024. Disponível em: <https://www.bis.org/publ/bisbull90.pdf>.

BORA INVESTIR. **Entenda como o Japão caiu de 3ª para 4ª maior economia do mundo**. Disponível em: <https://borainvestir.b3.com.br/noticias/mercado/entenda-como-o-japao-caiu-de-3a-para-4a-maior-economia-do-mundo/>. Acesso em: 16 set. 2024.

BORA INVESTIR. **Por que o aumento dos juros no Japão levou a uma turbulência nas bolsas pelo mundo.** Disponível em:

<https://borainvestir.b3.com.br/noticias/mercado/por-que-o-aumento-dos-juros-no-japao-levou-a-uma-turbulencia-nas-bolsas-pelo-mundo/>. Acesso em: 16 set. 2024.

CNN. **Japanese stocks crash in biggest one-day drop since 1987 as global market rout intensifies.** Disponível em:

<https://edition.cnn.com/2024/08/04/investing/japan-nikkei-stock-rout-intl-hnk/index.html>. Acesso em: 16 set. 2024.

CNN. **Japan Nikkei stock market fears return.** Disponível em:

<https://edition.cnn.com/2024/08/08/investing/japan-nikkei-stock-market-fears-return-intl-hnk/index.html>. Acesso em: 16 set. 2024.

CNN. **Yen carry trade stocks nightcap.** Disponível em:

<https://edition.cnn.com/2024/08/07/business/yen-carry-trade-stocks-nightcap/index.html>. Acesso em: 16 set. 2024.

FOREIGN POLICY. **Japan crash yen carry trade global markets.** Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2024/08/08/japan-crash-yen-carry-trade-global-markets/>. Acesso em: 16 set. 2024.

JAPAN TIMES. **BOJ rates.** Disponível em:

<https://www.japantimes.co.jp/business/2024/07/31/economy/boj-rates/>. Acesso em: 16 set. 2024.

REUTERS. **Global markets selloff analysis.** Disponível em:

<https://www.reuters.com/markets/global-markets-selloff-analysis-pix-2024-08-08/>. Acesso em: 16 set. 2024.

TASTYFX. **How the carry trade works and position unwinds explained.**

Disponível em: <https://www.tastyfx.com/news/how-the-carry-trade-works-and-position-unwinds-explained/>. Acesso em: 16 set. 2024.

THE ECONOMIST. **Japan ends the world's greatest monetary-policy experiment.** Disponível em: <https://www.economist.com/finance-and-economics/2024/03/19/japan-ends-the-worlds-greatest-monetary-policy-experiment>.

2

RELAÇÕES ÍNDIA-BANGLADESH E A REVOLUÇÃO DE JULHO

Beatriz Fernandes Lira Cavalcante

Renan Guimarães Canellas de Oliveira

As relações entre os países do subcontinente indiano são instáveis desde o fim do Raj e da colonização britânica. O período que acompanhou a independência política da região foi extremamente conflituoso, muito devido às consequências da Partição, ocorrida em 1947: com a independência do Raj, seu território foi dividido em duas nações soberanas – a União da Índia e o Paquistão, cujo território, então, encontrava-se dividido em uma parte Ocidental, o atual Paquistão, e outra oriental, correspondente ao Bangladesh de hoje (Keay, 2011).

Nesse contexto, as relações entre Índia e Bangladesh podem ser traçadas desde a Guerra da Libertação de Bangladesh, travada durante março e dezembro de 1971, entre Paquistão Ocidental e Paquistão Oriental – tendo a Índia uma participação central na luta em apoio ao Paquistão Oriental. Antes da secessão e criação do Bangladesh, o Paquistão era separado geograficamente pela Índia (ver mapa abaixo), sendo as suas duas regiões marcadas por diferenças étnicas, linguísticas e culturais. Para além disso, as diferenças entre as duas regiões foram agravadas pela exploração econômica e dominação política do Paquistão Ocidental, que negava direitos democráticos aos bengalis (grupo étnico que vive no Paquistão Oriental), e que constituíam a maioria da população do Paquistão – esse contexto, por consequência, alimentou o nacionalismo bengali (Haider, 2009).

Figura 1: Divisão do Raj Britânico em agosto de 1947



Fonte: BBC News Brasil, 2022

O conflito pela independência do Paquistão Oriental teve início com as eleições gerais de 1970, quando o povo bengali conseguiu fazer com que o partido Liga Awami (AL, do original *Awami League*) emergisse como majoritário. Encabeçado por Sheikh Mujibur Rahman, o partido de inclinação nacionalista bengali foi impedido pelas elites civis e militares do Paquistão Ocidental de assumir o poder. Como resposta à vitória da Liga Awami, o parlamento foi fechado e o paquistanês iniciou uma “campanha sistemática de massacre indiscriminado” (Haider, 2009, p. 539, tradução nossa) contra os bengalis.

De acordo com Haider (2009, p. 540), o “genocídio organizado” do povo bengali levado a cabo pelas forças paquistanesas gerou uma massa de migrações do

Paquistão Oriental para a Índia. O Governo indiano garantiu o refúgio e autorizou o estabelecimento de uma sede da AL em território indiano, que foi sucedida por uma declaração de independência e a formação de um Governo do Bangladesh em exílio pelos líderes da AL. Com o adensamento da crise migratória, o Governo indiano se viu forçado a entrar no conflito, o que levou à derrota do exército do Paquistão e resultou no surgimento de Bangladesh como um Estado-nação independente. Ainda assim, como argumenta Haider (2009), o objetivo indiano de participar da guerra não era somente de apoiar o movimento bengali, mas principalmente de enfraquecer o rival Paquistão, com quem a Índia já havia travado duas guerras em 1948 e 1965.

Com o fim da guerra e a independência de Bangladesh, a Índia emergiu como um importante aliado político da nova nação, mas não durou muito: as relações entre Bangladesh e Paquistão se normalizaram, e com a instauração de um regime militar, culminando no assassinato de Mujib – apoiado pela China, Paquistão, Estados Unidos e Arábia Saudita –, o islã foi declarado como religião oficial do Estado, as relações com a Índia enfraqueceram (Datta e Srinivasan, 2015). Com a derrubada do regime militar em 1990, a democracia multipartidária no país floresceu, trazendo novamente o AL para o centro da política nacional – agora liderada por Sheikh Hasina, filha de Mujib –, sendo apoiada por Nova Déli, principalmente por conta dos valores seculares expressadas pela AL, muito caros à democracia indiana. Importante mencionar que estes vão de encontro aos valores pró-islâmicos dos principais opositores da AL – encabeçadas pelo *Bangladesh Nationalist Party* (BNP) e pelo *Bangladesh Jamaat-e-Islami* (BJI).

Em 2009, a AL garantiu maioria no parlamento, fazendo de Sheikh Hasina a nova Primeira-Ministra de Bangladesh. Com isso, as relações políticas com a Índia voltaram a se fortalecer, consolidando as relações bilaterais, principalmente em termos de desenvolvimento econômico (Datta e Srinivasan, 2015). É importante notar, nesse sentido, que as relações políticas da Índia são, historicamente, muito mais fortes com a AL do que com o próprio Bangladesh - e isso torna-se mais evidente na conjuntura atual.

Entre as medidas promovidas por Mujib, pai de Hasina e grande ícone da AL, destaca-se a criação do sistema de cotas em 1972, no qual definia que uma porcentagem de empregos governamentais seria destinada aos combatentes que lutaram na Guerra da Libertação de Bangladesh em 1971 (Al Jazeera, 2024). Assim, os empregos governamentais são divididos a partir de quotas específicas,

e algumas versões das cotas foram aplicadas ao longo da história do país, tendo efeitos e consequências importantes, principalmente a partir das oportunidades de empregos e as reformas que são promovidas. As cotas eram divididas assim: 20% das vagas destinadas à ampla concorrência, enquanto que 30% foram destinadas para os combatentes, 10% para mulheres afetadas pelo conflito, e 40% para indivíduos de diversos distritos – assim, 80% das vagas eram destinadas a grupos específicos (The Daily Star, 2024).

Ao longo dos anos, apesar de mudanças importantes serem feitas, a cota de 30% para os combatentes permaneceu. Esse cenário continuou até 1997, quando o número de combatentes que reivindicavam esses cargos governamentais passou a diminuir. A solução encontrada foi inicialmente estender a cota para os filhos desses combatentes e, posteriormente, ela foi expandida mais uma vez para os seus netos em 2010 (The Daily Star, 2024). Em suma, desde 1997 até o ano de 2010, a história das cotas em Bangladesh foi fortemente influenciada pelos combatentes, seus filhos e netos, com uma porcentagem de 30% dos empregos governamentais sendo garantidos a eles.

Em 2012, mais uma reforma alterou o sistema de cotas, apesar de ainda sim garantir a manutenção dos 30% reservados aos combatentes. Em uma de suas últimas versões, o sistema de cotas garantia que empregos baseados no mérito correspondessem a 44% dos empregos. Entre os 56% restantes, a divisão corresponde a comunidades específicas: 30% para os familiares dos combatentes pela liberdade; 10% para mulheres; 10% para distritos considerados atrasados; 5% para minorias étnicas; e, por fim, 1% para pessoas com deficiências físicas (Al Jazeera, 2024).

Todavia, a impopularidade do sistema de cotas nos empregos governamentais não é algo novo, principalmente frente ao aumento do desemprego entre os jovens – 32 milhões de jovens estão sem trabalho ou educação – e à crise econômica do país, passando por um período de estagnação e uma inflação na casa dos 10% (Rahman, 2024b; Ganguly, 2024). Em 2018, 56% dos cargos governamentais estavam destinados a grupos específicos, abrindo espaço para questionamentos por parte não só da sociedade civil, como também, mais especificamente, por parte de estudantes, que procuram amplamente os cargos no serviço público (Rahman, 2024a). Esses questionamentos levaram a protestos em universidades públicas de todo o país, exigindo a reforma do sistema de cotas, com especial preocupação com a cota reservada aos familiares dos

combatentes (Rahman, 2024a). Com a intensidade dos protestos, Hasina, no poder como primeira-ministra em 2018, eliminou a existência desse sistema de cotas, dando fim aos protestos promovidos pelos estudantes (Al Jazeera, 2024; Ganguly, 2024; Rahman, 2024a).

A medida durou até 2024, quando, a partir do registro de uma petição desenvolvida por parentes dos combatentes, o Tribunal Superior de Bangladesh restabeleceu o sistema de cotas – e a sua porcentagem de 30% para os familiares – no final de junho deste ano (Corea e Erum, 2024). De acordo com o Tribunal, a medida de Hasina de abolir as cotas era ilegal, inconstitucional e ineficaz, e o sistema passou a existir novamente. Todavia, o governo de Hasina recorreu à decisão (Rahman, 2024a; Shawon, 2024). Essa medida deu início a uma nova onda de protestos, iniciada em 1º de julho por estudantes de universidades federais e privadas ao redor do país (Al Jazeera, 2024). Assim, os protestos que foram iniciados na Universidade de Dhaka por estudantes ganhou apoio, se transformando em um movimento nacional demandando que a cota de 30% dos empregos para familiares de ex-combatentes seja abolida, visando também a reforma do sistema – dando início a agora conhecida como “Revolução de Julho” (Al Jazeera, 2024).

Com a evolução dos protestos, Hasina foi acusada de tentar retratar os críticos e oponentes ao sistema de cotas como ‘*Razakars*’, levando os estudantes a adotarem como um de seus slogans o canto de “Pedi direitos e me tornei um *Razakar*” (Hussain, 2024). Em Bangladesh, ‘*Razakar*’ é um rótulo depreciativo, se referindo a indivíduos que colaboraram com militares paquistaneses para estuprar, torturar e assassinar cidadãos do Paquistão Oriental durante a Guerra de 1971; é um rótulo que também indica os piores traidores da história do país (Rahman, 2024a).

Com a permanência dos protestos, o governo de Hasina recorreu a respostas violentas a partir da Polícia e da Guarda de Fronteira de Bangladesh, ocasionando a morte de 140 pessoas, sendo a maioria delas em Dhaka, a capital do país, após os manifestantes atacarem estações de metrô e uma prisão (Rahman, 2024a; Rahman, 2024b). A resposta de Hasina envolveu o fechamento de todas as unidades, faculdades e escolas de ensino médio do país, a convocação do exército, o início de um toque de recolher com ordens de disparo e a suspensão da internet e todos os serviços de comunicação no território (Rahman, 2024b). Como consequência, policiais tiveram a autorização

de abrir fogo contra indivíduos que violarem o toque de recolher, marcando um episódio de “brutalidade e crueldade” (Ellis-Petersen; Parent, 2024, s.p).

Com a escalada da violência, a Suprema Corte de Bangladesh emitiu um parecer considerando a decisão do Tribunal como ilegal e anunciou a anulação de algumas cotas para empregos. Em decisão, a Suprema Corte determinou que 93% dos empregos no setor público sejam preenchidos com base no mérito, enquanto que 5% sejam destinados aos familiares dos combatentes e apenas 2% para minorias étnicas e indivíduos com deficiência (Ethirajan, 2024). Todavia, apesar da decisão da Suprema Corte, os protestos retornaram, porém demandando, também, justiça e responsabilização pelos mortos, feridos e presos ao longo do protesto, além da renúncia de Hasina (The Guardian, 2024; Corea e Erum, 2024). Em resposta, Hasina declarou que o movimento contra as cotas e os protestos dos estudantes foram “sequestrados” pelo *Bangladesh Nationalist Party* (BNP) e pelo *Bangladesh Jamaat-e-Islami* (BJI), se tornado uma ameaça à existência do regime vigente no país (Rahman, 2024a; Rahman, 2024b).

Adicionalmente, como consequência de uma das piores ondas de violência do país desde a sua libertação, Hasina renunciou e deixou Bangladesh em agosto de 2024, com destino à Índia. Um governo interino foi estabelecido pelo general Waker-Uz-Zaman, chefe do Exército do país, em meio às comemorações da população nas ruas de Dhaka, onde a residência da ex-primeira-ministra foi invadida e saqueada (Ahmed; Ahmed, 2024).

Essa não é, contudo, a primeira vez que Hasina se refugia na Índia: isso aconteceu também após o assassinato de seu pai, em 1975, retornando a Bangladesh somente em 1981. Nesse sentido, é interessante notar como a Índia, historicamente, preconiza mais suas relações com a AL e com seus líderes, do que com Bangladesh de forma geral.

Uma vez no poder, Hasina concedeu influência à Índia por meio da cooperação econômica e de segurança, incluindo o acesso a vias navegáveis cruciais e permitindo que empresas indianas fechassem negócios lucrativos no país. Em troca, a Índia não só ignorou o fato de que seu regime se tornava cada vez mais opressivo e autocrático, como também foi acusada pela comunidade internacional de que seus oficiais e ministros estavam intervindo ativamente nos assuntos de Bangladesh para mantê-la no poder, além de pressionar outros

países a aceitarem sua liderança (Ellis-Petersen, 2024).

Com a permanência de Hasina na Índia desde o começo de agosto, o sentimento anti-indiano tem sido nutrido pela população do Bangladesh, muito influenciados pelos partidos de oposição à AL, que possuem relações mais próximas com o Paquistão e a China. Nesse contexto, caso a Índia não interfira no processo de restabelecimento da democracia em Bangladesh, talvez Hasina seja responsabilizada pelos crimes contra a humanidade dos quais é acusada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHMED, Redwan; AHMED, Kaamil. Bangladesh PM has resigned and left country, army chief confirms. **The Guardian**, 05 ago. 2024. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/article/2024/aug/05/bangladesh-pm-has-resigned-and-left-country-media-reports-say-sheikh-hasina>. Acesso em 15 set. 2024.

AL JAZEERA. What's behind Bangladesh's violent quota protests?. **Al Jazeera**, 16 jul. 2024. Disponível em <https://www.aljazeera.com/news/2024/7/16/whats-behind-bangladeshs-violent-quota-protests>. Acesso em 15 set. 2024.

BBC NEWS BRASIL. Índia x Paquistão: 3 questões para entender a divisão dos 2 países há 75 anos e as consequências até hoje. **BBC News Brasil**, 15 de agosto de 2022. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62546859>. Acesso em 15 de setembro de 2024.

COREA, Harindrini; ERUM, Nazia. What is happening at the quota-reform protests in Bangladesh?. **Amnesty International**, 29 jul. 2024. Disponível em <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2024/07/what-is-happening-at-the-quota-reform-protests-in-bangladesh/>. Acesso em 15 set. 2024.

DATTA, Sreeradha; SRINIVASAN, Krishnan. Bangladesh. IN: MALONE, David M.; MOHAN, C. Raja; RAGHAVAN, Srinath (eds.). **The Oxford Handbook of Indian Foreign Policy**. Oxford: Oxford Handbooks, 2015.

ELLIS-PETERSEN, Hannah. 'A myopic policy': India's backing of ousted Bangladesh leader Sheikh Hasina leaves it in a bind. **The Guardian**, 03 de setembro de 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/article/2024/sep/03/a-myopic-policy-indias-backing-of-ousted-bangladesh-leader-sheikh-hasina-leaves-it-in-a-bind>. Acesso em 16 de setembro de 2024.

ELLIS-PETERSEN, Hannah; PARENT, Deepa. Bangladesh police given 'shoot-on-sight' orders amid national curfew. **The Guardian**, 20 jul. 2024. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/article/2024/jul/20/bangladesh-police-given-shoot-on-sight-orders-amid-national-curfew>. Acesso em 15 set. 2024.

ETHIRAJAN, Anbarasan. Bangladesh revê sistema de cotas em empregos no governo após protestos que deixaram mais de 100 mortos. **BBC News Brasil**, 20 jul. 2024. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd1jnjj4r9vo>. Acesso em 15 set. 2024.

GANGULY, Sudipto. Explainer: Why are Bangladesh students protesting against job quotas?. **Reuters**, 21 jul. 2024. Disponível em <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/why-are-bangladesh-students-protesting-against-job-quotas-2024-07-18/>. Acesso em 15 set. 2024.

HAIDER, Zaglul. A revisit to the Indian role in the Bangladesh liberation war. **Journal of Asian and African Studies**, v. 44, n. 5, p. 537-551, 2009.

HUSSAIN, Abid. Who were the Razakars and why are they central to Bangladesh protests?. **Al Jazeera**, 22 jul. 2024. Disponível em <https://www.aljazeera.com/news/2024/7/22/who-were-the-razakars-and-why-are-they-central-to-bangladesh-protests>. Acesso em 15 set. 2024.

KEAY, John. **India: A History**. Grove Press, 2011.

MOORE, Hannah et al. How Bangladesh's longest-serving leader was toppled by student protests – Full Story podcast. **The Guardian**, 16 ago. 2024. Disponível em <https://www.theguardian.com/australia-news/audio/2024/aug/17/how-bangladeshs-longest-serving-leader-was-toppled-by-student-protests-full-story-podcast>. Acesso em 15 set. 2024.

RAHMAN, Abdul. Entenda a polêmica das cotas de empregos públicos, pivô da onda de violência em Bangladesh. **Brasil de Fato**, 23 jul. 2024. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2024/07/23/entenda-a-polemica-das-cotas-de-empregos-publicos-pivo-da-onda-de-violencia-em-bangladesh>. Acesso em 15 set. 2024.

RAHMAN, Md Mizanur. The Quota Reform Protest In Bangladesh Is Much More Than It Seems. **The Diplomat**, 20 jul. 2024a. Disponível em <https://thediplomat.com/2024/07/the-quota-reform-protest-in-bangladesh-is-much-more-than-it-seems/>. Acesso em 15 set. 2024.

SHAWON, Ali Asif. Quota vs merit in govt jobs: Who passed the exams?. **Dhaka Tribune**, 16 jul. 2024. Disponível em <https://www.dhakatribune.com/bangladesh/education/352229/quota-vs-merit-in-govt-jobs-who-passed-the-exams>. Acesso em 06 out. 2024.

THE DAILY STAR. History of the quota system in Bangladesh. **The Daily Star**, 10 jul. 2024. Disponível em <https://www.thedailystar.net/news/bangladesh/news/history-the-quota-system-bangladesh-3653326>. Acesso em 15 set. 2024.

THE GUARDIAN. Bangladesh students call for march to capital Dhaka a day after clashes kill nearly 100 people. **The Guardian**, 05 ago. 2024. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/article/2024/aug/05/bangladesh-protests-quota-reform-movement-students-dhaka-march>. Acesso em 15 set. 2024.

3

50 ANOS DE RELAÇÕES BRASIL-CHINA: EVOLUÇÃO, DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Mariana Azevedo Soares Quintanilha

As relações diplomáticas entre Brasil e China, formalizadas em 1974, completam 50 anos em 2024, constituindo-se como um dos vínculos internacionais mais relevantes e dinâmicos da América Latina. Ao longo desse período, a parceria bilateral evoluiu de uma interação comercial centrada em commodities para um relacionamento multifacetado que abrange áreas estratégicas, como tecnologia, infraestrutura, inovação e sustentabilidade. Esse desenvolvimento reflete a importância crescente da China como parceira econômica do Brasil, especialmente após o ano 2009, quando o país asiático se tornou o principal destino das exportações brasileiras, superando os Estados Unidos. Dessa forma, o texto visa examinar a cooperação entre Brasil e China, abordando o cenário atual, as oportunidades de diversificação comercial, a transição energética e as implicações dessa parceria para o futuro do Brasil.

Inicialmente, as relações entre os dois países eram marcadas por um comércio essencialmente focado em commodities, com destaque para produtos como soja e minério de ferro. Esse padrão de intercâmbio refletia as necessidades econômicas de ambas as nações, que na época buscavam expandir suas economias. A partir dos anos 2000, com a aceleração do crescimento econômico chinês, essa dinâmica comercial se intensificou, com a China emergindo como o principal parceiro comercial do Brasil. Essa transformação não só alterou a balança comercial brasileira, como também representou um realinhamento global, evidenciando o crescente peso econômico da China. Como observa Becard (2011), a interdependência econômica entre Brasil e China abriu novas oportunidades para o Brasil, mas também trouxe desafios relacionados à reavaliação de suas políticas externas e comerciais. Essa reconfiguração do cenário global trouxe o Brasil para uma posição estratégica nas relações Sul-Sul, impulsionando uma maior cooperação em áreas como investimentos e tecnologia.

Atualmente, o comércio e os investimentos constituem os pilares do relacionamento bilateral entre Brasil e China. Como pontuado pelo Presidente Lula em seu artigo para o jornal China Daily (2024), em 2023, o comércio entre os dois países alcançou um recorde de US\$ 157 bilhões, evidenciando a importância

do mercado chinês para os produtos brasileiros. Além disso, o Brasil tem se mostrado interessado em integrar as inovações tecnológicas chinesas em seu processo de desenvolvimento, especialmente nas áreas de infraestrutura e alta tecnologia. Um exemplo significativo dessa cooperação é o Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS), lançado em 1988, que ilustra a profundidade da parceria em setores críticos de inovação. Esse projeto conjunto não só fortaleceu a infraestrutura espacial do Brasil, como também impulsionou o desenvolvimento científico e tecnológico, destacando a importância da cooperação em áreas estratégicas de longo prazo.

Em termos de investimentos, o estudo "Investimentos Chineses no Brasil 2023: Novas Tendências em Energias Verdes e Parcerias Sustentáveis", publicado pelo Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), aponta que os setores de eletrônicos, infraestrutura e aparelhos elétricos atraíram os maiores volumes de capital chinês em 2023. No entanto, há uma clara reorientação em direção a setores de alta tecnologia e inovação, como semicondutores e inteligência artificial. Além disso, a China tem direcionado esforços para projetos relacionados a energias renováveis e tecnologias limpas, refletindo seu compromisso com a transição energética. Em 2023, 72% dos investimentos chineses no Brasil foram destinados a esses setores, representando uma oportunidade significativa para o Brasil, especialmente diante da necessidade de mitigar os impactos das mudanças climáticas e modernizar sua infraestrutura energética.

A cooperação sustentável entre os dois países também têm ganhado destaque nos últimos anos, com a China assumindo um papel de liderança na promoção de práticas ambientais responsáveis. O país estabeleceu metas ambiciosas para a redução de emissões de CO₂ e tem promovido o uso de energias renováveis como parte de sua estratégia de descarbonização. No entanto, a Iniciativa Cinturão e Rota, apesar de suas contribuições para o desenvolvimento de infraestrutura em países emergentes, também enfrenta críticas por transferir emissões de carbono para essas nações. No caso do Brasil, o agronegócio, especialmente o setor de soja, tem enfrentado pressões para se adaptar a novas exigências ambientais impostas pela China. A demanda por cadeias de valor livres de desmatamento, especialmente no setor de carnes, reflete uma mudança na dinâmica comercial, com a China buscando maior sustentabilidade em suas importações (BorgBenedicte Bulles, 2024). Este novo cenário traz desafios para os produtores brasileiros, que precisarão ajustar suas

práticas para atender às exigências do mercado chinês.

Outro aspecto crucial para o futuro das relações comerciais entre Brasil e China é a diversificação da pauta exportadora brasileira. Desde 2009, a China tem manifestado interesse em diversificar suas importações, buscando produtos de maior valor agregado. No entanto, a pauta de exportação brasileira permanece fortemente concentrada em commodities, como soja, minério de ferro e petróleo. O estudo de Fabrizio Panzini, "Exportações dos Estados Brasileiros para a China: Cenário Atual e Perspectivas para Diversificação" (2023), destaca que, embora 72% das oportunidades de exportação estejam concentradas em bens nos quais o Brasil já possui uma presença consolidada, há um potencial significativo de expansão em setores menos explorados, como carnes, produtos químicos e madeira. A Secretária de Comércio Exterior, Tatiana Prazeres (2024), enfatiza que essa diversificação não ocorrerá rapidamente, dada a alta concentração das exportações em commodities. Por isso, é fundamental que o Brasil invista na promoção comercial, na construção de relacionamentos e na elevação da competitividade de sua indústria.

A sustentabilidade surge, nesse contexto, como uma oportunidade estratégica para o Brasil. A busca por uma maior diferenciação dos produtos brasileiros no mercado chinês, por meio de práticas ambientais mais responsáveis, pode abrir novas possibilidades de exportação. No entanto, essa transição requer esforços coordenados entre os setores público e privado, visando resultados de longo prazo. A China, como um dos principais mercados globais, oferece um potencial enorme para o Brasil explorar novos nichos de mercado, especialmente em áreas ligadas à inovação tecnológica e à sustentabilidade.

Em conclusão, os 50 anos de relações diplomáticas entre Brasil e China representam um marco significativo de cooperação e crescimento mútuo. O futuro desta parceria está repleto de oportunidades, especialmente em áreas como inovação tecnológica, transição energética e diversificação do comércio. No entanto, o sucesso dessa relação dependerá da capacidade de ambos os países adaptarem suas agendas de cooperação às exigências globais por práticas sustentáveis e por uma maior agregação de valor aos seus produtos. A parceria com a China deve continuar a ser um pilar estratégico para o desenvolvimento brasileiro nas próximas décadas, desde que seja pautada por um esforço contínuo de modernização e inovação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECARD, Danielly Silva Ramos. O que esperar das relações Brasil-China? **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 31-44, nov. 2011.

BORGES, André. **Nexo Jornal**. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/externo/2024/06/02/a-pressao-da-china-para-reduzir-o-desmate-da-amazonia>. Acesso em: 21 set. 2024.

BRASIL. 50 anos de relações diplomáticas Brasil-China: celebrando o passado e lançando as bases do futuro. Planalto. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/artigos/50-anos-de-relacoes-diplomaticas-brasil-china-celebrando-o-passado-e-lancando-as-bases-do-futuro>. Acesso em: 21 set. 2024.

CARIELLO, Tulio. **Investimentos Chineses no Brasil 2023:** Novas Tendências em Energias Verdes e Parcerias Sustentáveis. Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), 2024.

CUMARÚ, João. Novas fronteiras das relações exteriores do Brasil: agenda de clima e meio ambiente nas relações com a China. In: FOLLY, Maiara; CLOSS, Marília; GONZALEZ, Vitória (orgs.). **Política externa brasileira e clima:** caminhos para um Brasil ambientalmente responsável e socialmente justo. Brasília: FUNAG, 2024. p. 211.

PANZINI, Fabrizio. **Exportações dos estados brasileiros para a China:** cenário atual e perspectivas para diversificação. Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), 2023.

PRAZERES, Tatiana. Comércio Brasil-China: evolução e perspectivas. In: CARIELLO, Tulio; TREVISAN, Cláudia; AMIGO, Camila; QUINTANILHA, Mariana (orgs.). **Carta Brasil-China:** parcerias que moldam o futuro - 50 anos de relações diplomáticas Brasil-China. Edição Especial. Brasília: Conselho Empresarial Brasil-China, ago. 2024.



COREIA DO NORTE E A (RE)ABERTURA DO TURISMO

Beatriz Nardy de Queiroz

Sofia Mendes Magalhães

A pandemia de Covid-19, iniciada há cerca de quatro anos, resultou em uma série de restrições sanitárias implementadas por diversos países, levando ao isolamento de indivíduos e nações. Na República Popular Democrática da Coreia, o cenário não foi diferente. O país fechou suas fronteiras no início de 2020 e só começou a diminuir suas restrições em meados de 2023 (Butler; Ng, 2024). Na ocasião, um pequeno grupo de turistas russos viajou para o território norte-coreano para uma excursão particular em fevereiro do mesmo ano (Marcus; Maruyama, 2024). Cabe ressaltar que autoridades estrangeiras de alto escalão, incluindo o presidente russo, Vladimir Putin, também têm visitado o país, como ocorreu em junho, destacando o cenário da reabertura gradual das fronteiras após a pandemia. No entanto, desde 2020, a Coreia do Norte ainda não reabriu completamente suas fronteiras para turistas internacionais (Park, 2024).

Nesses aproximadamente três anos em que o país se encontrava em reclusão, houve o agravamento da escassez de alimentos devido ao corte da importação de bens essenciais, ao mesmo tempo em que sanções internacionais foram estabelecidas devido à permanente ameaça nuclear – que persistiu mesmo durante o período de isolamento – mantendo a tensão global (Butler; Ng, 2024).

O anúncio da reabertura das fronteiras foi feito por agências de viagem (KTC Tours, de Shenyang e Koryo Tour, de Pequim) e veículos de comunicação estatais. Inicialmente, os turistas poderão visitar apenas a cidade de Samjiyon, localizada em uma região montanhosa no norte do país e conhecida por suas atrações de inverno (Butler; Ng, 2024). O anúncio trouxe o turismo de volta ao cenário econômico da Coreia do Norte, sem, no entanto, indicar mudanças significativas nas rígidas políticas de controle.

As restrições impostas para conter a pandemia, combinadas com o aumento das sanções internacionais desde 2016, levaram a economia norte-coreana à beira do colapso. O fechamento das fronteiras com a China e a Rússia no início de 2020 causou uma queda drástica nas transações comerciais, com as trocas

comerciais com a China caindo 80% em relação ao ano anterior, agravando ainda mais a já debilitada economia do país (Lee, 2021). Nesse sentido, a proposta de retomar o fluxo de visitantes em 2024 parece responder à necessidade urgente de gerar novas receitas, especialmente em função do impacto econômico da pandemia, ainda que o governo não tenha feito declarações amplamente divulgadas sobre o assunto.

É relevante destacar que o turismo na Coreia do Norte é estritamente regulamentado. Viajantes individuais não têm permissão para entrar no país; todos os visitantes devem integrar grupos acompanhados por guias autorizados. As excursões são organizadas por agências de viagens sob supervisão governamental, e os itinerários são rigidamente planejados. Os turistas devem cumprir regras rigorosas, especialmente em relação à fotografia e à gravação de vídeos (Marcus, Maruyama, 2024). De uma perspectiva mais ampla, tais práticas ilustram o controle rigoroso que o regime exerce sobre a experiência turística de estrangeiros no país. Em certa medida, tal controle minucioso também evidencia o esforço do governo para regular e restringir a disseminação de informações e imagens sobre a Coreia do Norte.

Ademais, embora a reabertura gradual das fronteiras represente uma tentativa de aliviar os impactos econômicos da pandemia, o processo continua altamente seletivo. O turismo de estrangeiros na Coreia do Norte não é aberto a todos. As agências de turismo anunciaram a reabertura para visitantes internacionais, mas com exceções notáveis. Cidadãos sul-coreanos, por exemplo, precisam de autorização de ambos os governos para conseguir um visto de turismo, tornando sua entrada no país altamente restrita (Johnson, 2024). Jornalistas, por sua vez, não podem ocultar o verdadeiro propósito de sua visita e devem seguir as rigorosas exigências impostas pelo governo norte-coreano, que controla estritamente o que pode ser fotografado ou registrado durante a estadia (Koreakonsult, 2024).

Em relação às restrições impostas aos cidadãos sul-coreanos, do ponto de vista da Coreia do Norte, pode-se dizer que o governo vê os sul-coreanos como uma extensão dos interesses norte-americanos na região e, portanto, busca mantê-los afastados para prevenir qualquer influência ou questionamento sobre sua narrativa oficial. Em contraste, na perspectiva da Coreia do Sul, a proibição pode ser interpretada como um reflexo das tensões políticas entre os dois países – especialmente devido ao histórico de tensões políticas e ideológicas

entre as Coreias. Apesar dessas restrições, muitos sul-coreanos demonstram curiosidade em relação ao Norte, especialmente no contexto das discussões sobre a reunificação (Han, 2024). Além de seu papel econômico, o turismo na Coreia do Norte já foi utilizado como uma ferramenta política pelo regime. Visitas cuidadosamente coreografadas são planejadas para evitar qualquer exposição indesejada da realidade norte-coreana. Um exemplo marcante ocorreu em 2018, durante um raro momento de descongelamento nas relações inter-coreanas, quando uma delegação sul-coreana foi autorizada a visitar o Norte para participar de um evento cultural. Nesse contexto, o grupo de K-pop Red Velvet se apresentou em Pyongyang, simbolizando um momento significativo de intercâmbio cultural entre as Coreias (Seo, Levenson e McKirdy, 2018). No entanto, tais exceções são extremamente raras e refletem mais uma tentativa diplomática do que uma abertura contínua para o turismo de cidadãos sul-coreanos (BBC, 2018).

Essa visita controlada ocorreu em paralelo à Cúpula Inter-coreana de abril de 2018, que marcou o primeiro encontro entre os líderes das duas Coreias em 11 anos. A reunião teve como foco o programa nuclear norte-coreano e na busca pela desnuclearização da península, mas também proporcionou oportunidades de intercâmbio cultural e diplomático (Washington Post, 2018). Contudo, esses eventos, apesar de simbólicos, foram temporários e seguidos pelo retorno das restrições rigorosas que continuam a caracterizar a política do regime em relação ao turismo e às visitas estrangeiras.

Assim sendo, os planos da Coreia do Norte para reabrir uma de suas cidades ao turismo internacional, após quase cinco anos de fechamento das fronteiras devido à pandemia de Covid-19, podem ser entendidas como indícios de uma necessidade de geração de receitas. A escassez de alimentos e a redução nas importações de bens essenciais, enquanto as sanções internacionais permaneceram devido à constante ameaça nuclear, evidenciaram a crise econômica resultante da pandemia – muito embora o governo norte-coreano não tenha feito declarações públicas significativas sobre o assunto. Nesse sentido, considerando que o turismo no país já foi usado anteriormente como uma estratégia política, não se exclui a possibilidade de que isso esteja ocorrendo novamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BBC NEWS. Banda de K-pop faz show histórico na Coreia do Norte. BBC, 2018. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43618902>. Acesso em 16 set. 2024.

HAN, Peter. Why North Korea may find the South's new vision for unification provocative. Channel News Asia, 2024. Disponível em <https://www.channelnewsasia.com/commentary/south-korea-reunification-north-yoon-suk-yeol-kim-jong-un-4561031>. Acesso em: 17 set. 2024.

JOHNSON, Gareth. Which countries cannot visit North Korea? 2024. Young Pioneer Tours. Disponível em <https://www.youngpioneertours.com/which-countries-cannot-visit-north-korea/>. Acesso em 16 set. 2024.

KOREAKONSULT, 2024. North Korea visa information. Disponível em https://www.koreakonsult.com/visa_eng.html. Acesso em 16 set. 2024.

LEE, Suk (ed.). DPRK Economic Outlook. Sejong: Korea Development Institute, 2021. Disponível em https://kdi.re.kr/eng/research/monDprk?pub_no=17150. Acesso em: 16 set. 2024.

MARCUS, Lilit; MARUYAMA, Mayumi. Turistas vão à Coreia do Norte pela 1ª vez desde a pandemia; saiba o que ele viram. CNN Brasil, 2024. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/turistas-vaio-a-coreia-do-norte-pela-1a-vez-desde-a-pandemia-saiba-o-que-eles-viram/>. Acesso em 16 set. 2024.

NG, Kelly; BUTLER, Gavin. Os planos da Coreia do Norte de reabrir para turismo após 5 anos. BBC News Brasil, 2024. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ckg2erj9gy1o>. Acesso em 15 set. 2024.

PARK, Ju-min. Coreia do Norte deve abrir fronteira para turistas estrangeiros em dezembro. CNN Brasil, 2024. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/coreia-do-norte-deve-abrir-fronteira-para-turistas-estrangeiros-em-dezembro/>. Acesso em 16 set. 2024.

SEO, Yoonjung; LEVENSON, Eric; MCKIRDY, Euan. Kim Jong Un 'deeply moved' by K-pop concert in Pyongyang. CNN, 2018. Disponível em <https://edition.cnn.com/2018/04/01/world/kim-jong-un-concert-kpop/index.html>. Acesso em 16 set. 2024.

5

CRESCIMENTO DO ISLÃ NO JAPÃO: IMPLICAÇÕES DE POLÍTICA EXTERNA E PÚBLICA

Gabriel Porto Póvoas

Raíssa Cristina Caliano da Silva

De acordo com o pesquisador e professor emérito da Universidade de Waseda, Hirofumi Tanada, o Japão agora é o lar de mais de 230.000 muçulmanos, entre eles pessoas imigrantes ou nacionais que se converteram (Otaki e Takai, 2023). Em relação aos estudos demográficos, do mesmo professor, lançados em 2010, que comprovaram pouco mais de 100.000 fiéis do Islã em território japonês (Tanada, 2013), o número de muçulmanos no Japão atualmente passa do dobro de 1 década atrás. A conjuntura atual do Islã no Japão é permeada por singularidades em relação a outros países ocidentais com população muçulmana: em 2011, enquanto 100.000 muçulmanos eram imigrantes, mais de 10.000 eram japoneses nativos convertidos (Tanada, 2013). Isso significa, para SESRIC (2019) quanto uma organização para cooperação muçulmana internacional, que a comunidade islâmica japonesa é bem integrada com a comunidade islâmica imigrante, um bom sinal que infelizmente destoa com o resto do mundo, marcado por limites à circulação de informação sobre a fé de muçulmanos imigrantes em países ocidentais. Um fator importante para essa boa relação é a postura do Estado Japonês à liberdade religiosa dos imigrantes muçulmanos em território japonês.

Marcado por vizinhos com altas taxas demográficas de adeptos ao Islã, como Indonésia e Malásia – integrantes da ASEAN, diferentemente do Japão –, o Japão se porta como facilitador das expressões religiosas de seguidores do Islã. Abrir uma Mesquita ou uma escola com ensinamentos ligados ao Islã no Japão é mais fácil comparados a outros países ocidentais, de forma que burocracias carregadas de preconceito velado são usualmente evitadas no sistema japonês, em que a abertura das instituições citadas apenas demanda coleta de fundos da comunidade e obtenção de permissões legais, frequentemente pouco custosas (SESRIC, 2019). Até 2014, havia mais de 80 mesquitas ativas em território japonês, as quais funcionam não apenas como lugares de devoção à religião, mas também como centros comunitários de trocas que auxiliam na demonstração da presença do Islã e em sua legitimidade como minoria no Japão (Tanada, 2015).

No entanto, o aumento numérico de adeptos ao islã no Japão e a circulação de informações sobre a religião não impede o veículo parcial de contrainformação. Segundo Shimoyama Shigeru, em contato com o jornal Nippon (2024), os conteúdos da mídia estadunidense após o 11 de Setembro afetaram as percepções da sociedade civil japonesa sobre o Islã. Em entrevista para estudantes de ensino médio em Tokyo Camii, o pesquisador salienta como o preconceito está conectado com a ignorância, ambos fatores importantes para a convivência em sociedade. Ainda que diferente da identidade tradicional japonesa, a população muçulmana no país, seja a de imigrantes, seja a de nacionais convertidos, necessita políticas públicas que evitem o preconceito e discriminação e, principalmente, uma política externa alinhada à ideais de liberdade religiosa. Resta notar como a política externa e pública japonesas realmente se dão na prática.

Pensar no aumento da população muçulmana em território japonês também significa repensar questões de política pública, política externa e também de segurança, tendo em vista uma sociedade que gradualmente se torna cada vez mais heterogênea em detrimento de seu histórico. De acordo com uma pesquisa realizada pela agência de notícias Anadolu (AA), pode-se observar em congruência com o aumento da população muçulmana no país uma intensificação da xenofobia contra praticantes do Islã, o que é enfatizado pelo atual conflito entre Israel e Hamas. (Anadolu Agency, 2024) Segundo o pesquisador Kayyim Naoki Yamamoto, o discurso de ódio contra muçulmanos aumentou com a ascensão dos votos dos partidos de extrema direita no Japão, e o acadêmico ainda aponta que o recente aumento da população muçulmana no Japão, associado aos ataques israelenses em Gaza revelou um crescente sentimento anti-muçulmano no país (Anadolu Agency, 2024).

O agravamento da xenofobia, que se tornou uma hostilidade direcionada especificamente contra muçulmanos, tem sido alimentada pela polarização política e pelo avanço de partidos de extrema direita, que intensificam o discurso de ódio e desinformação sobre imigrantes e muçulmanos. O Japão, conhecido por sua relativa homogeneidade cultural e resistência à influência estrangeira, enfrenta agora um desafio significativo na integração de uma população cada vez mais diversificada. Neste sentido, depreende-se que essa nova arquitetura de sociedade exige mais iniciativas por parte dos agentes governamentais, justamente para que essa população, cada vez mais crescente e que outrora não fazia parte da sociedade japonesa expressivamente em

termos numéricos, seja incluída, contemplada e também protegida.

Mesmo diante desses desafios, pode-se perceber que institucional e burocraticamente, o Japão tem se mostrado receptivo perante tal mudança em sua estrutura populacional. Desde a criação da Faculdade de Estudos de Políticas, os cursos focados em sociedades muçulmanas, ministrados por professores especializados e instrutores muçulmanos, têm despertado o interesse dos alunos em aprender sobre as comunidades muçulmanas no Japão. Exemplos dessa receptividade incluem a abertura de restaurantes halal – refere-se a práticas e alimentos que são permitidos para os muçulmanos, conforme os princípios do Islã –, como o Tokyo Halal Deli & Cafe em Sophia University, e a implementação de salas de oração em universidades como Rikkyo e Chuo. (SAKURAI, 2008) A expansão das opções alimentares halal, a criação de espaços para oração e sobretudo a adaptação de ambientes educacionais em resposta ao aumento da presença muçulmana mostram um esforço claro para atender às necessidades desses grupos, e levanta reflexões acerca do tratamento que essas comunidades sofrem em diferentes partes do mundo, como é o caso europeu. De acordo com matéria publicada pelo veículo de notícias Al Jazeera no ano passado, escolas francesas foram acusadas de proibir o uso de vestimentas como o hijab, véu que cobre partes do rosto, pescoço e algumas vezes outras partes do corpo, muito utilizado por mulheres do Islã, e a abaya, vestido longo e solto que cobre o corpo inteiro, geralmente dos ombros até os pés, projetado para ser usado sobre a roupa normal. Essa restrição ao uso de vestimentas sagradas e que envolvem questões subjetivas e individuais como espiritualidade e tradição são um claro exemplo de como o Oriente por vezes é mal visto com relação a aceitação de outras culturas, ao passo que esta é uma percepção pura e objetivamente munida de preconceitos.

Percebe-se, portanto, que políticas públicas e externas alinhadas à inclusão da população muçulmana imigrante e japonesa demonstram dualidades para o cenário do país. É possível notar isso pelo simultâneo avanço da extrema direita, que exacerba uma visão pessimista sobre a integração desse grupo, e o crescimento de meios de interlocução entre muçulmanos e não muçulmanos em território japonês (como os números de mesquitas, ver Tanada, 2015). A presença dos meios de diálogo e liberdade religiosa entre os diferentes grupos pelo governo japonês, ainda que com o avanço da extrema direita, permite-nos observar criticamente a dualidade de governos na promoção de veículos informacionais e culturais sobre a cultura muçulmana, como o caso Europeu.

Em termos de política externa, podemos entender as políticas públicas japonesas alinhadas à liberdade religiosa muçulmana como meio de recepcionar a cultura de países vizinhos e, portanto, evitar atritos entre países integrantes da ASEAN, assim como meio de acolher a população nativa japonesa que, em parte, se mostra adepta ao islã. Semelhante a países ocidentalizados como os do caso Europeu, restam desafios para a integração dos seguidores do Islã no Japão, mostrando que é necessário revisitar a identidade tradicional japonesa de forma a recepcionar, não apenas formalmente e institucionalmente, mas efetivamente a comunidade muçulmana em meios comunitários e diminuir atritos culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KYOSUKE, Sumii. It Begins with Knowing: Ending Discrimination Against Muslims in Japan. Nippon.com, 30 de Julho de 2024. Islam in Japan. Disponível em: <https://www.nippon.com/en/people/c01310/> Acesso em: 16 de Setembro de 2024.

MANADOGLU, Ömer Faruk. Anti-Muslim sentiment in Japan on rise after Israel's attacks on Gaza. Anadolu Ajansi, 03 de Julho de 2024. Disponível em: <https://www.aa.com.tr/en/asia-pacific/anti-muslim-sentiment-in-japan-on-rise-after-israels-attacks-on-gaza/3157282>. Acesso em: 16 de Setembro de 2024.

OTAKI, Tetsuaki; TAKAI, Rikako. Japan home to a growing Muslim presence as it embraces change. The Asahi Shimbun, 25 de Maio de 2023. National Report. Disponível em: <https://www.asahi.com/ajw/articles/14903765> Acesso em: 15 de Setembro de 2024.

SAKURAI, Keiko. Muslims in contemporary Japan. Asia policy, n. 5, p. 69-88, 2008.

SESRIC. Muslim Communities and Minorities in Non-OIC Member States: Japan (2019). Global Muslim Diaspora Project. Human and Social Development Studies. The Statistical, Economic and Social Research and Training Centre for Islamic Countries. Ankara.

TANADA, Hirofumi; OKAI, Hirofumi. Islam in Japan: the current situation and challenges for the Muslim community (2015). The News on Religious Affairs, v. 119, p. 1-22, 2015.

TANADA, Hirofumi. The Muslim Population in the World and Japan 2011. Journal of Human Sciences, vol. 26, no. 1, 2013.

6

SEGURANÇA REGIONAL: O IMPACTO DO NOVO PACTO ENTRE AUSTRÁLIA E INDONÉSIA

Luiza Simões Bethlem Monteiro
Samia Abinader Franco

No dia 20 de agosto de 2024, em uma visita do presidente eleito e Ministro da Defesa da Indonésia, Prabowo Subianto, à Camberra, capital da Austrália, foi revelado um novo acordo de defesa assinado entre os dois países, cujo objetivo é o fortalecer seus laços de segurança, buscando maior cooperação prática e interoperabilidade entre suas forças de Defesa em áreas como segurança marítima, combate ao terrorismo, assistência humanitária e em desastres, suporte logístico, educação e treinamento, bem como na indústria de Defesa, o que inclui exercícios militares conjuntos (The Diplomat, 2024).

Nesse sentido, como apontado pelo comunicado à mídia oficial da Defesa australiana, há um respeito mútuo pela soberania e integridade territorial dos países, bem como um compromisso de cooperar em favor de uma região segura e próspera (Ministério da Defesa Australiano, 2024). Embora o novo pacto de segurança seja enfatizado como uma cooperação mútua e não uma aliança militar, ele pode provocar sentimentos de ameaça em relação aos países vizinhos. Dado que mesmo com uma abordagem de política externa focada na colaboração, a necessidade de aliados pode se intensificar em momentos de crise e instabilidade regional.

Foram dois anos de negociações, o acordo bilateral foi assinado em Magelang, na Indonésia. Richard Males, Ministro da Defesa australiano, afirma que o acordo é o mais significativo já assinado para os dois Estados e permitirá que as atividades de cooperação sejam realizadas em ambos territórios. (The Diplomat, 2024). Serão em torno de 2000 combatentes envolvidos nos exercícios militares conjuntos, os quais serão marítimos, aéreos e também relacionados à cibersegurança. Ademais, serão realizadas atividades de cooperação técnica, incluindo áreas de tecnologia e ciência. E por fim, haverá um intercâmbio entre os militares dos países para afazeres educativos. Os exercícios bilaterais começarão em novembro de 2024, em Surabaya, cidade da Indonésia.

A região próxima aos dois Estados está em um momento de maior alerta. Há uma disputa territorial envolvendo vários países, como Filipinas, China, Malásia,

entre outros, devido ao valor da região por seus recursos naturais. Esses pequenos conflitos podem alcançar uma escala maior, havendo a possibilidade de afetar tanto a Austrália quanto a Indonésia, dada a proximidade de seus territórios (como demonstrado no mapa abaixo). No entanto, apesar do risco, os países adotam políticas externas distintas frente a essas questões. A Austrália, em resposta ao fortalecimento da China, reafirma sua aliança com os Estados Unidos e com parceiros como o Reino Unido e o Japão. Por outro lado, a Indonésia adota uma diplomacia de maior neutralidade, evitando alianças militares formais e enfatizando o engajamento defensivo com todas as potências, incluindo as do Oriente, como a China. (The Diplomat, 2024).

Figura 1: Mapa da região do Mar do Sul da China



Fonte: IStock, 2024

Como observamos no mapa, o Mar do Sul da China está cercado de países que possuem interesses econômicos na região, em razão de seus recursos naturais. Nesse contexto, caso ocorra um conflito de larga escala na região, tanto a Austrália como a Indonésia precisam se proteger e se precaver frente a possíveis ameaças. Outro ponto a se destacar é a necessidade de manter a paz e a estabilidade na região da Ásia-Pacífico. Assim, esse acordo é considerado um dos mais importantes pactos realizados entre ambos. Entretanto, esses dois Estados possuem políticas externas diferentes em relação aos seus vizinhos de fronteira e as grandes potências globais.

A Indonésia, como mencionado, se diferencia da Austrália ao praticar uma política de neutralidade, na qual tenta manter seus laços estáveis com a maior parte dos países do Sistema Internacional, especialmente com os Estados Unidos e a China. O Estado mantém sua posição de que esse novo pacto não é uma ameaça aos demais, somente uma cooperação bilateral. Ademais, logo após a assinatura do novo acordo foi divulgado que em 2025 os militares da Indonésia irão fazer novos exercícios com a China, o que reforça a sua política externa de não alinhamento, uma postura diplomática em que opta-se por não se alinhar formalmente a nenhum grande bloco de poder ou aliança militar (The Diplomat, 2024).

A Austrália, por outro lado, age de maneira mais defensiva, buscando alianças de Estados que podem ajudar com armamento e recursos, como é o caso da aliança militar AUKUS (sigla em inglês) com Estados Unidos e Grã-Bretanha. Firmada em 2021, a AUKUS é fruto da preocupação dos três Estados frente ao expansionismo e desenvolvimento chinês. Essa aliança possibilita que a Austrália construa submarinos de propulsão militar, a partir da tecnologia americana (G1, 2021). A AUKUS também envolve o compartilhamento de capacidades cibernéticas, inteligência artificial e tecnologia quântica.

Ressalta-se então, que apesar das divergências em questões como a relação de cada país com as potências China e Estados Unidos, a Austrália e a Indonésia compartilham a fronteira marítima mais longa do mundo. Como tal, esse acordo, que alcança o status de tratado, o que significa o estabelecimento de regras concretas para a parceria em áreas específicas com efeitos jurídicos, aponta um estreitamento entre os países em questões de defesa, incluindo maior cooperação marítima nas áreas disputadas do Mar do Sul da China, sendo assim um importante passo para o ganho de capital político e poder na

região, que é marcada por instabilidade no que tange a segurança. Assim, considera-se que esse estreitamento se dá em oposição às disputas territoriais ocorridas no Mar do Sul da China, que os colocava em uma posição de menor aproximação estratégica em questões de segurança.

Além disso, Prabowo também afirma que esse acordo será benéfico para o futuro de ambos os países e aponta o seu desejo de cooperar em outras esferas como a economia e a luta contra o tráfico internacional de drogas (Al Jazeera, 2024). O que pode ser considerado um movimento de continuidade da recente inserção ativa do país em assuntos internacionais, como pode ser visto através do seu papel como país que presidiu a ASEAN em 2023 e que foi anfitrião do G20 em 2022.

Em conclusão, o recente pacto entre a Austrália e a Indonésia marca um desenvolvimento significativo na segurança regional da Ásia-Pacífico, refletindo uma nova dinâmica de cooperação estratégica. Este acordo não apenas fortalece os laços bilaterais, mas também sublinha a crescente complexidade da segurança regional em um cenário global atual marcado por escaladas de tensões. A colaboração mais estreita entre Austrália e Indonésia, evidenciada por este pacto, representa uma resposta estratégica a desafios comuns, como as crescentes tensões no Mar do Sul da China. Através de mecanismos de cooperação e o compartilhamento de informações de inteligência, ambos os países estão se posicionando para enfrentar ameaças emergentes e garantir uma estabilidade que beneficie toda a região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Austrália e Indonésia assinam pacto de defesa na região Ásia-Pacífico. Exame. 20 de agosto de 2024. Disponível em: <https://exame.com/mundo/australia-e-indonesia-assinam-pacto-de-defesa-na-regiao-asia-pacifico/amp/>. Acesso em 13 set. 2024.

Australia-Indonesia Defence Cooperation Agreement Signed. Minister of Defence. 29 de agosto de 2024. Disponível em: <https://www.minister.defence.gov.au/media-releases/2024-08-29/australia-indonesia-defence-cooperation-agreement-signed>. Acesso em: 13 set. 2024.

STRANGIO, SEBASTIAN. Indonesia and Australia Sign 'Historic' Defense Cooperation Agreement. The Diplomat. 30 de agosto de 2024. Disponível em: <https://thediplomat.com/2024/08/indonesia-and-australia-sign-historic-defense-cooperation-agreement/>. Acesso em: 14 set. 2024.

Indonesia, Australia sign 'historic' defense pact. Voa News. 29 de agosto de 2024. Disponível em: <https://www.voanews.com/a/indonesia-australia-sign-historic-defense-pact/7763618.html>. Acesso em: 14 de set. 2024.

Indonesia and Australia finalise 'significant' defence pact. Aljazeera. 20 de agosto de 2024. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/amp/news/2024/8/20/indonesia-and-australia-finalise-significant-defence-pact>. Acesso em: 15 de set. de 2024.

G1. AUKUS: o que é o pacto militar anunciado por EUA, Reino Unido e Austrália para conter a China. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/09/16/aukus-o-que-e-o-pacto-militar-anunciado-por-eua-reino-unido-e-australia-para-conter-a-china.ghtml>. Acesso em: 17 set. 2024.

UMAR, AHMAD. The "Jokowi Doctrine": Indonesia's vision for international order. The Interpreter. 18 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/jokowi-doctrine-indonesia-s-vision-international-order>. Acesso em: 17 set. 2024

7

MARE NOSTRUM? DISPUTAS TERRITORIAIS E ALIANÇAS NO MAR DO SUL DA CHINA

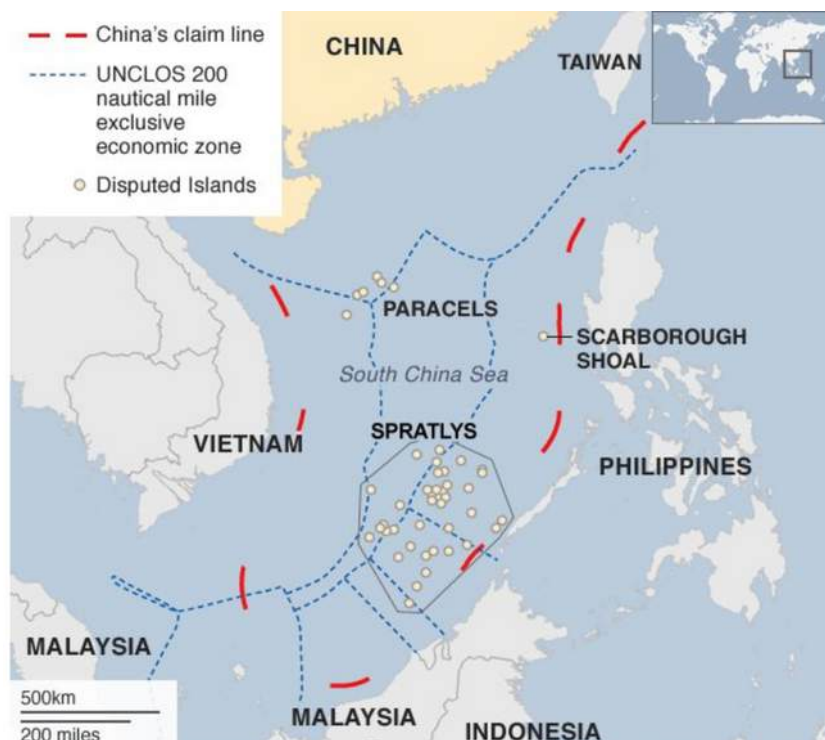
Eduardo Araújo Mangueira

Maria Gabriela Veloso Camelo

O Mar do Sul da China (MSC) é uma área altamente disputada há mais de 50 anos. O MSC tem cerca de 2.000km de extensão no sentido norte-sul e 1.000km no leste-oeste, contando com pequenas ilhas, baixios, recifes, bancos, penedos e rochedos distribuídos, em sentido amplo, por dois arquipélagos: Paracel e Spratly (Hong, 2012).

As Ilhas Paracel e Spratlys são reivindicadas por Brunei, China, Filipinas, Indonésia, Malásia e Vietnã. Estima-se que este território abriga o equivalente a cerca de 11 bilhões de barris de petróleo e 5,4 trilhões de m³ de gás. Além disso, sua localização próxima a Linha Marítima de Comunicação (LMC) do sudeste asiático demarcam um posicionamento propício para o efetivo controle do tráfego marítimo na região.

Figura 1: Disputa no MSC - reivindicação chinesa e UNCLOS



Fonte: BBC, 2024

Em um contexto de crescentes tensões, motivadas principalmente por medidas cada vez mais agressivas por parte das forças chinesas, a sinalização de um aprofundamento na cooperação de defesa e segurança marítima entre Vietnã e Filipinas é um desenvolvimento que traz implicações importantíssimas para a dinâmica na região.

O imbróglio principal entre Pequim, Manila e Hanoi concerne à delimitação das Zonas Econômicas Exclusivas (ZEEs), espaços marítimos onde países gozam de um direito exclusivo para exploração econômica sobrepostas na região. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) delimita as ZEEs a uma distância de 200 milhas náuticas, sendo essa a principal justificativa para a reivindicação filipina para a posse das Ilhas Spratlys e do Sabina Shoal. No entanto, justificativas históricas também são elencadas tanto pela China quanto pelo Vietnã.

A consideração das ilhas enquanto território chinês remonta a um mapa da região, criado em 1947 pelo cartógrafo chinês Yang Huairan. Tais concepções foram mantidas pelo Partido Comunista Chinês, alegando o domínio tradicional de 90% do Mar do Sul da China. A Lei sobre o Mar Territorial, promulgada por Pequim em 1992, data as bases históricas para tal afirmação da dinastia Han Ocidental (202 AC–9 AD), com uma definição territorial com reconhecimento ambíguo pela CNUDM.

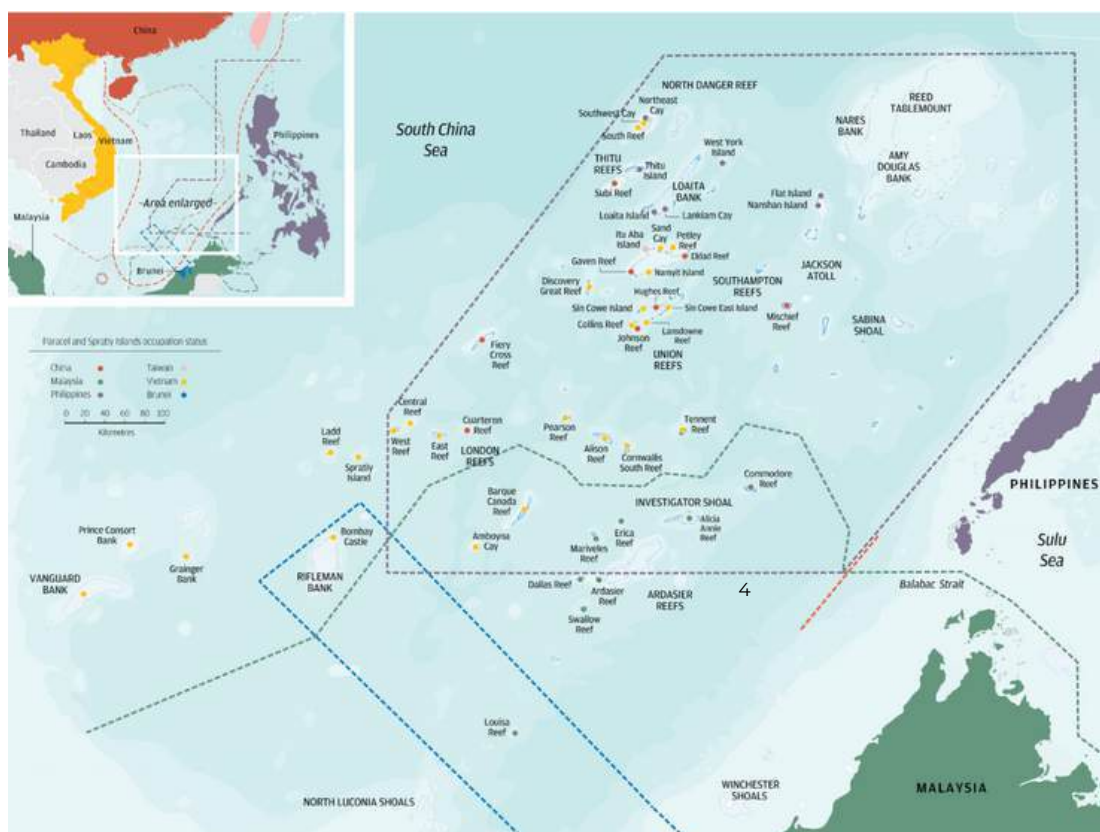
As reivindicações vietnamitas advêm de registros de comunidades pesqueiras na região, que apontam sua presença nas ilhas desde o século XVI. Assim, para além de interesses estratégicos, é notável que o componente histórico deste processo de territorialização marítima suscita sentimentos nacionalistas (Roszko, 2015). Quando a questão foi trazida para a Corte Permanente de Arbitragem em Haia pelas Filipinas em 2016, a utilização de evidências históricas para o estabelecimento deste como território chinês foi tida como inadequada, entendida como em desacordo com a CNUDM.

Movimentos de ocupação do território remontam a 1974, quando forças chinesas tomaram uma guarnição vietnamita nas Ilhas Paracel, estabelecendo lá uma base militar que é mantida até hoje. As tropas derrotadas fugiram para o sul, estabelecendo a primeira ocupação permanente do Vietnã nas Ilhas Spratlys. Em 1988, tropas chinesas afundaram três embarcações vietnamitas, demarcando o primeiro conflito armado chinês pelo arquipélago, resultando

em mortes. Em 1996, esta região foi palco de uma intensa troca de tiros entre forças chinesas e filipinas.

Para além de demonstrações de força, outras estratégias de reivindicação são empregadas. Atualmente, tanto China quanto Vietnã constroem ilhas artificiais na região, que podem comportar infraestrutura militar. Diferentemente das chinesas, as construções vietnamitas não são vistas com preocupação pelas Filipinas.

Figura 2: Ilhas disputadas no MSC



Fonte: Galante, 2017

Antes de observar como Vietnã e Filipinas têm se articulado para fazer frente aos chineses, é importante compreender as dinâmicas individuais dos países quanto às reivindicações no MSC.

Nos últimos meses, embarcações chinesas se envolveram em uma série de

embates de alto nível com navios filipinos nas águas do MSC. As tensões entre os dois países vêm crescendo desde abril, mas apenas no mês de agosto ocorreram dois confrontos nas proximidades do Sabina Shoal. O episódio mais recente ocorreu nos últimos dias de agosto, quando o navio MRRV-9701 da Guarda Costeira filipina e o navio 5205 da mesma força chinesa colidiram nos arredores do atol desabitado.

Em uma declaração o porta-voz da guarda costeira chinesa, Liu Dejun, disse que um navio filipino manobrou e “colidiu deliberadamente” com o navio da guarda costeira chinesa “de maneira pouco profissional e perigosa” (Associated Press, 2024). Enquanto isso, autoridades filipinas em Manila disseram que seu navio, o BRP Teresa Magbanua, foi atingido três vezes pela guarda costeira chinesa sem nenhuma provocação.

A China vem se tornando cada vez mais assertiva, o que levou a confrontos mais frequentes, principalmente com as Filipinas, como visto no episódio supracitado. Neste contexto, é fundamental lembrar que os chineses e filipinos concluíram um acordo provisório semanas antes deste acontecimento. O acordo era uma tentativa de abrandamento das tensões relacionadas ao navio Sierra Madre.

No acordo, as partes tinham concordado em “gerir conjuntamente as diferenças em matéria de questões marítimas e trabalhar no sentido de desanuviar as tensões” na região. A China permitiu que as Filipinas realizassem operações de reabastecimento com restrições, desde que não configurassem uma tentativa de construção de instalações permanentes no Second Thomas Shoal. Pequim ainda exigiu que o navio fosse removido.

Figura 3: Pontos chave para a reivindicação filipina



Fonte: CNN, 2024

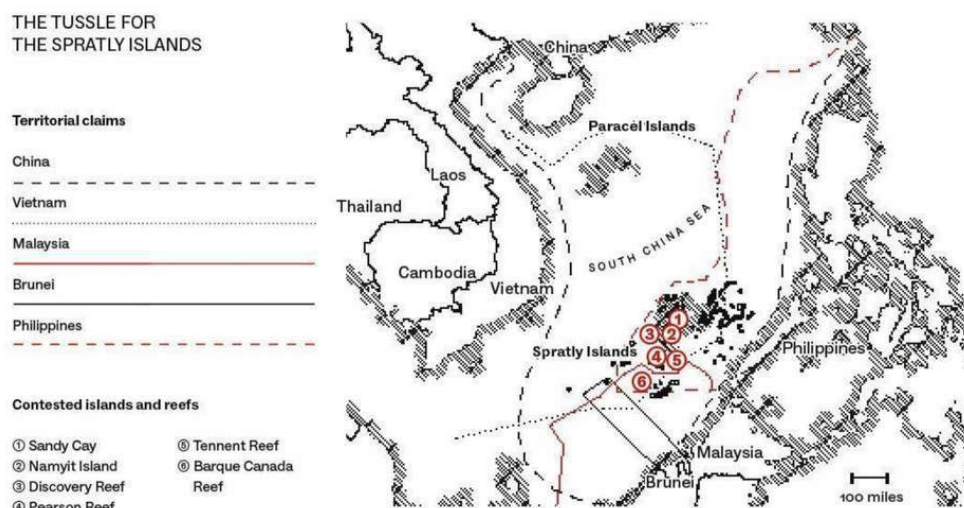
Quanto às contestações vietnamitas, sua relação com a China torna o quadro ainda mais complexo, visto que os países ostentam fortes laços econômicos e políticos. Em 2023 o comércio bilateral entre Pequim e Hanói excedeu US\$ 171 bilhões (Walker, 2024). Em 2014, os dois se envolveram em um impasse, o que levou a manifestações fatais contra a China em cidades vietnamitas, quando a China plantou uma plataforma de petróleo na zona econômica exclusiva do Vietnã. Em 2017, Pequim teria ameaçado atacar os postos de Hanoi nas Ilhas Spratly se este não parasse de perfurar em uma área na plataforma continental que se sobrepõe às reivindicações da China (Crisis Group, 2021).

Neste ano, as tensões começaram a chamar atenção internacionalmente a partir de maio, quando o Vietnã protestou contra o envio de um navio-hospital chinês para as Ilhas Paracel. Nesta época, o presidente recém-eleito do Vietnã, To Lam, insistiu publicamente que os vizinhos resolvessem os desentendimentos no mar e “respeitassem os direitos e interesses legítimos uns dos outros” (Walker, 2024).

Defender a soberania nacional e a integridade territorial não é apenas o objetivo mais importante da estratégia de Hanói no MSC, mas também um pilar central da legitimidade política do Partido Comunista do Vietnã. O objetivo de longo prazo do Vietnã é recuperar o que vê como territórios perdidos. Como as realidades geopolíticas determinam que esse objetivo fique

em espera, o objetivo imediato é manter o status quo territorial e defender suas águas para que possa conduzir atividades econômicas sem interrupções.

Figura 4: A luta pelas Ilhas Spratly



Fonte: Pollock; Symon, 2024

Tendo essas dinâmicas em mente, é possível refletir acerca da aproximação recente entre Vietnã e Filipinas, em resposta às investidas chinesas. O anúncio de aprofundamento de relações foi feito quando o Ministro da Defesa do Vietnã, Phan Van Giang, visitou Manila para conversar com seu correspondente filipino, Gilberto Teodoro. Ambos os ministros assinaram “cartas de intenção” para melhorar seus compromissos marítimos e de resposta a desastres. Eles também concordaram em resolver desacordos pacificamente e dentro da estrutura do Direito Internacional. Um acordo oficial de segurança deve ser assinado até o final do ano (Walker, 2024).

De acordo com Zachary Abuza, professor do National War College em Washington, com foco em política do Sudeste Asiático, esse anúncio é uma boa jogada diplomática tanto do Vietnã quanto das Filipinas. Entretanto, mesmo com os discursos proferidos pelos líderes indicando proximidade, é importante ter cuidado, visto que os dois países possuem capacidades militares díspares e níveis diferentes de dependência quanto à China. Mesmo assim, as possibilidades de engajamento bilateral e inserção vietnamita em processos multilaterais é tida como positiva, em se tratando de um posicionamento frente à China.

Essa situação de reivindicações, cooperação e enfrentamento é muito complexa. Enquanto ambos se chocam com a China, ainda precisam dela economicamente, ainda que em diferentes níveis. Ademais, mesmo decidindo colaborar, Filipinas e Vietnã têm reivindicações que se sobrepõem, trazendo possíveis limites à cooperação. Concomitantemente a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), busca diálogo para resolução dessas disputas e o estabelecimento de um Código de Conduta para a região, visto que praticamente todos os seus membros estão envolvidos, mas se encontra dividida em relação ao tratamento da China.

Figura 5: Charge ASEAN frente a situação no MSC



Fonte: Ambary, 2015

Este conflito não deixa de ser influenciado por atores externos. Dentre eles, os Estados Unidos da América (EUA), cuja presença militar é justificada com base em discursos acerca da proteção das LMC, manutenção de estabilidade na região e garantia do respeito à CNUDM. Todavia, os interesses estadunidenses são múltiplos, como a garantia de sua “liberdade de navegação” e o impedimento de posteriores ofensivas chinesas na região.

As Filipinas formam a aliança mais antiga dos EUA no Indo-Pacífico. O tratado de defesa mútua, datado de 1951, é motivo de controvérsias, tendo em vista o

caráter ambíguo dos confrontos mais recentes com forças chinesas. Em relação ao Vietnã, observa-se desde a normalização de relações em 1995 um aprofundamento de relações bilaterais, mais enfático a partir dos governos Obama, Trump e Biden. Em setembro de 2023, a parceria entre os dois países foi elevada ao status de *Comprehensive Strategic Partnership*, o mais alto concedido por Hanói. Em matéria de cooperação marítima, os EUA engajam com os dois países em falas entre militares de alto escalão, exercícios navais conjuntos, treinamento, e missões conjuntas. Isso não pode ser compreendido fora da competição entre China e Estados Unidos, sendo a estratégia estadunidense de mobilização de alianças regionais para a contenção chinesa. Isso traz possibilidades, tanto do possível fomento estadunidense à parceria entre Manila e Hanoi, quanto de uma possível agressividade chinesa maior, motivada por uma interferência dos EUA no que considera seu território.

Em resumo, a disputa no MSC continua a ser um dos principais pontos de tensão geopolítica na Ásia, com implicações significativas para a segurança regional e a dinâmica de poder global. O desenrolar dessa situação dependerá não apenas das ações e reações dos países diretamente envolvidos, mas também das estratégias das potências e da capacidade da comunidade internacional em mediar e buscar soluções sustentáveis para esse conflito prolongado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBARY, Yusron B. **SOUTH CHINA SEA**: Role of ASEAN. 12 set. 2015. Disponível em: <<https://yambarly.wordpress.com/2015/09/12/south-china-sea-role-of-asean/>>.

CENTER FOR PREVENTIVE ACTION. **Territorial Disputes in the South China Sea**. CFR, 29 jul. 2024. Disponível em: <<https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/territorial-disputes-south-china-sea>>. Acesso em: 13 set. 2024

CFR. **China's Maritime Disputes**: 1895-2024. Disponível em: <<https://www.cfr.org/timeline/chinas-maritime-disputes>>. Acesso em: 15 set. 2024

CHING, Nike. ASEAN aims to conclude South China Sea code of conduct by 2026. **VOA News**, 12 jun. 2024. Disponível em: <<https://www.voanews.com/a/asean-aims-to-conclude-south-china-sea-code-of-conduct-by-2026/7653984.html>>. Acesso em: 14 set. 2024

GALANTE, Alexandre. A crescente tensão no Mar da China Meridional. **Poder Naval**. 14 fev. 2017. Disponível em: <<https://www.naval.com.br/blog/2017/02/14/crescente-tensao-no-mar-da-china-meridional/>>.

GUOXING, Ji. **SLOC Security in the Asia Pacific**. **Asia-Pacific Center for Security Studies**. fev. 2000. Disponível em: <<https://dkiapcss.edu/college/publications/occasional-paper-series-reports/sloc-security-in-the-asia-pacific/>>. Acesso em: 13 set. 2024

HONG, Nong. **UNCLOS and Ocean Dispute Settlement: law and politics in the South China Sea**. New York: Routledge, 2012, 258p.

LARIOSIA, Aaron-Matthew. U.S. and Philippine Warships Patrol South China Sea. **USNI News**, 1 ago. 2024. Disponível em: <<https://news.usni.org/2024/08/01/u-s-and-philippine-warships-patrol-south-china-sea>>. Acesso em: 14 set. 2024.

LARIOSIA, Aaron-Matthew. U.S. Will 'Do What is Necessary' to aid Philippines in South China Sea, Official Says. **USNI News**, 12 set. 2024. Disponível em: <<https://news.usni.org/2024/09/12/u-s-will-do-what-is-necessary-to-aid-philippines-in-south-china-sea-official-says>>. Acesso em: 14 set. 2024

MAI, Lauren; POLING, Gregory B.; QUITZON, Japhet. An Indispensable Upgrade: The U.S.-Vietnam Comprehensive Strategic Partnership. **CSIS**, 19 aug. 2024. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/indispensable-upgrade-us-vietnam-comprehensive-strategic-partnership>>. Acesso em: 15 set. 2024

NGUYEN, Le. Vietnam confronts China with island building in South China Sea. **VOA News**, 27 jun. 2024. Disponível em: <<https://www.voanews.com/a/vietnam-confronts-china-with-island-building-in-south-china-sea/7675824.html>>. Acesso em: 14 set. 2024

NGUYET, Nguyen Thi Anh; QUYET, Luu Van. U.S.-Vietnam maritime security cooperation in the South China Sea: From the Obama administration to the current Biden administration. **Cogent Arts & Humanities** v.10 ed.1, 10 jul; 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/23311983.2023.2231697>>. Acesso em: 13 set. 2024

POLLOCK, John; SYMON, Damien. Why is Vietnam rapidly building on South China Sea reefs? **Chatham House**, 09 set. 2024. Disponível em: <<https://www.chathamhouse.org/publications/the-world-today/2024-09/why-vietnam-rapidly-building-south-china-sea-reefs>>. Acesso em: 15 set. 2024

ROSZKO, Edyta. Maritime territorialisation as performance of sovereignty and nationhood in the South China Sea. **Nations and Nationalism** v.21 ed.2, 24 mar. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/nana.12094>>. Acesso em: 14 set. 2024.

SANG, Huynh Tam. The Philippines-China-Vietnam Triangle and Limits of the 'Friends and Enemies' Maxim. **The Diplomat**, 09 set. 2024. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2024/09/the-philippines-china-vietnam-triangle-and-limits-of-the-friends-and-enemies-maxim/>>. Acesso em: 13 set. 2024

SHUKLA, Srijan. What is nine-dash line? The basis of China's claim to sovereignty over South China Sea. **The Print**, 28 jul. 2020. Disponível em: <<https://theprint.in/theprint-essential/what-is-nine-dash-line-the-basis-of-chinas-claim-to-sovereignty-over-south-china-sea/469403/>>. Acesso em: 13 set. 2024

SWAINE, Michael D. America's Security Role in the South China Sea. **Carnegie Endowment for International Peace**, 23 jul. 2015. Disponível em: <<https://carnegieendowment.org/posts/2015/07/americas-security-role-in-the-south-china-sea?lang=en>>. Acesso em: 15 set. 2024.

WALKER, Tommy. China-Vietnam tensions flare up over South China Sea. Deutsche Welle. 18 jun. 2024. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/china-vietnam-tensions-flare-up-over-south-china-sea/a-69398016>>.

XINHUA. China begins annual summer fishing ban. The State Council, **The People's Republic of China**, 2 mai. 2022. Disponível em: <https://english.www.gov.cn/news/topnews/202205/02/content_WS626f2b06c6d02e533532a2a1.html>. Acesso em: 15 set. 2024



LIGA DE ESTUDOS
ÁSIA-PACÍFICO



Instituto
de Relações
Internacionais



PUC
RIO

